

A VIAGEM DE BARTOLOMEU DIAS E AS CONCEPÇÕES GEOPOLÍTICAS DE D. JOÃO II

A. TEIXEIRA DA MOTA
Cap.-Ten. da Armada

A viagem de Bartolomeu Dias cuja evocação foi este ano associada às comemorações do «Dia da Marinha» integra-se na execução de um grandioso plano. Dissociada deste o seu significado fica consideravelmente diminuído; pareceu-me, por isso, que a melhor maneira de a exaltar seria apresentar, embora em linhas gerais, aquele plano e as suas fases de sucessiva realização.

Não desejo imiscuir-me na complicada controvérsia das origens do chamado plano da Índia. Apenas me ocuparei da sua evolução durante o período em que ele foi de facto atacado a fundo e praticamente resolvido, isto é, dos vinte e um anos em que o Príncipe e depois Rei D. João II dirigiu as empresas marítimas e ultramarinas de Portugal.

O plano, em breves palavras, consistia em localizar e entrar em contacto com o lendário Prestes João, e em descobrir um novo caminho, que não o do Próximo e Médio Oriente, controlado por populações predominantemente muçulmanas, para o Oceano Índico e para as terras de fabulosas riquezas por ele banhadas.

O poderio do Islão estendia-se já por terras do norte de África até Marrocos. A esta África, mediterrânica, seguia-se para sul o grande deserto do Saará, percorrido pelos nómadas camaleiros. O deserto funcionava, de certo modo, como um outro Mediterrâneo, e entre o norte de África e o Sudão desenvolvia-se um activo comércio, tão bem estudado pelo inglês Bovill, e entre nós ultimamente por Vitorino Magalhães Godinho.

O mais procurado produto comercial que ia assim do Sudão para o norte de África era o ouro, trocado em parte por sal, e no mapa 1 localizam-se as principais regiões mineiras — o Bambuk (no Alto Senegal), o Buré (no Alto Niger), o Lobi (no Alto Volta) e o Ashanti (na costa do Ouro). Recentemente foram descobertos na Guiné Portuguesa restos de antigas explorações auríferas, no

vale do Geba, que já deviam porém estar abandonadas quando os portugueses descobriram essa região. No Sudão das extensas savanas, atravessado pelos grandes rios Senegal e Níger, começava verdadeiramente a África Negra. Aí se encontravam os povos negros mais evoluídos, e nele se desenrolava uma complicada história de grandes impérios. Na segunda metade do século XV, quando os portugueses lá chegam, entrava no ocaso o lendário império mandinga de Mali.

Ao Sudão seguia-se, para sul, a zona da grande floresta, prolongando-se em faixa costeira até ao Gambia. Entre as populações dessa zona, mais isoladas do mundo exterior pela barreira vegetal, encontravam-se também alguns estados notáveis, como o Benim e o Congo, este já de negros bantos, que habitavam também as savanas do hemisfério sul, as quais, na compartimentação da África em latitude, correspondem às savanas do Sudão, a elas se seguindo igualmente uma região desértica, o Kalahari, e finalmente a área temperada da região do Cabo, ocupadas ainda então as últimas pelos Hotentotes e Bosquímanos. No mapa 1 indicam-se esquematicamente estas regiões, pondo de parte o que se refere à África Oriental, a fim de mais facilmente se compreender a actuação dos portugueses e as ideias de D. João II.

Dentro das concepções geopolíticas deste monarca a África desempenhou o papel fundamental, até no que se refere à demanda do Oriente. O povo veio a cognominar o grande rei de «Príncipe Perfeito», a designação que na realidade melhor se lhe ajusta. Mas muito mais que seu pai, ele merece também o cognome de «Africano». Enquanto o africanismo de D. Afonso V era essencialmente marroquino, o de seu filho era global, ainda que o seu interesse fosse mais marcada-mente pela África Negra. Pareceu-me oportuno, no momento que corre, pôr em destaque a visão africana de D. João II. Ela encerra uma profunda lição e marca uma genuína prioridade portuguesa, que devemos ser nós a não deixar esquecer.

A figura de D. João II tem atraído numerosos historiadores. Quando se começa a estudá-la, é na realidade difícil escapar ao fascínio que exerce, e compreende-se que alguns investigadores, um Joaquim Bensaúde por exemplo, tenham votado grande parte da sua vida a tentar decifrar os muitos enigmas que persistem em resistir à argúcia dos que procuram reconstituir o passado. As crónicas são irritantemente lacónicas ou mudas acerca de acontecimentos capitais, sobretudo os relacionados com a actividade marítima e ultramarina; os documentos são tristemente poucos. Perderam-se, é certo, fontes documentais no andar dos tempos, mas dois outros factos explicam predominantemente a escassez de notícias de que hoje nos queixamos. Um, foi a própria política do sigilo do monarca, realisticamente apostado em esconder acontecimentos e conhecimentos de que poderiam ir beneficiar possíveis rivais, sobretudo os espanhóis. O outro foi o desinteresse dos portugueses em escrever para o seu tempo e para a posteridade acerca dos seus feitos, o que já apontou o ilustre cronista

João de Barros, pondo até argutamente tal atitude em contraste com a oposta seguida pelos italianos.

Temos de nos contentar por isso com algumas migalhas informativas que até hoje chegaram, e tentar, melhor ou pior, preencher as vastas lacunas entre elas. Por causa das debatidas questões vespucianas, e no intento de contribuir para pôr cobro ao chauvinismo de certa historiografia estrangeira apostada em se servir da confusa figura de Américo Vespúcio para exaltar hipotéticas façanhas alheias e rebaixar autênticas verdades portuguesas, veio-me a suceder o que já antes sucedera a outros: ao reunir os elementos comprovativos de que é aos portugueses que cabe a autêntica prioridade na noção de um Novo Mundo, acabei por me embrenhar no estudo de D. João II e das suas ideias geográficas. E foi finalmente nas suas concepções sobre a África que vim a encontrar apoio sólido para a demonstração a architectar. A descoberta e conhecimento da África, que foram a base para chegar ao Índico, vieram também a revelar-se afinal como a chave para compreender a razão porque os portugueses nunca confundiram as Antilhas de Colombo com o Extremo Oriente. O quadro que vou traçar, para nele finalmente integrar a viagem de Bartolomeu Dias, constitui resumo de algumas partes de um capítulo dedicado à interpretação do Tratado de Tordesilhas (1).

Antes, porém, afigura-se apropriado dar uma ideia do ambiente de exotismo africano que se verificava em Portugal no tempo de D. João II. Nada melhor para isso que recorrer à descrição de uma viagem que o alemão Dr. Jerónimo Münzer fez a Portugal em 1494, um ano antes do falecimento de D. João II. Vindo de Espanha, foi encontrar o monarca em Évora. À porta da Igreja de S. Brás viu parte da pele de uma cobra trazida da Guiné, com mais de 30 palmos de comprido e da grossura de um homem, segundo afirma, acrescentando pormenores do que lhe disseram acerca da proeza de tal género de animal. No pátio do palácio real viu um camelo «novo e bonito» que el-rei mandara vir de África. Diz que D. João II era homem instruíssimo e em tudo muito sagaz, afável e amigo de indagar sobre os mais variados assuntos. Aqueles que o procuravam e se gabavam de proezas guerreiras, de navegação ou quaisquer outras, ouvia-os atentamente e mandava apresentar as provas ou demonstração, e se os achava verídicos e valentes recompensava-os. Tinha grande habilidade para adquirir riquezas com mercadorias e outras coisas, recebendo da Guiné ouro, escravos, pimenta, malagueta e marfim, em troca de outros produtos.

Em Lisboa, Münzer fala dos bairros judeu e mouro. Num mosteiro viu um grande crocodilo pendurado no coro e aí e noutros locais enormes dragoeiros trazidos das Canárias ou da Guiné, e conta como os africanos faziam com eles grandes canoas. Num local dos arrabaldes examinou o bico de um pelicano, e

(1) Ver nota final.

também canas que o mar trazia de outras terras até à Madeira e Açores. Contemplou azagaia, arcos e flechas de cana feitos pelos africanos. Viu também mais um crocodilo pequeno e cabeças de peixe-serra. Subiu ainda ao Castelo, onde admirou dois fortíssimos leões, e contemplou uma grande e bem feita carta cosmográfica dourada com 14 palmos de diâmetro. Visitou a Casa da Mina, onde examinou todo o género de mercadorias empregadas no comércio com a África. Depois, citando textualmente as suas palavras, «vimos também uma enorme ferraria com muitos fornos, onde se fazem âncoras, colubrinhas etc. e tudo o que diz respeito ao mar. Eram tantos os trabalhadores negros junto dos fornos que nos poderíamos supor entre os Ciclopes no antro de Vulcano. Depois vimos noutras quatro grandes casas inúmeras colubrinhas muito grandes e lindíssimas, e também armas de arremesso, escudos, couraças, morteiros, espingardas, arcos, lanças, tudo muito bem fabricado e em enorme abundância, sem falar do que em toda a parte, por esses mares fora, se encontra espalhado pelos navios. Em comparação disto nada é o material de Nuremberg. Que enormes quantidades de chumbo, cobre, salitre e enxofre! De tudo isso chegou uma quantidade extraordinária, nem admira, porque a Etiópia fornece muito ouro, e o rei é um homem de costumes lhanos, nada pródigo, e sabe tirar proveito de tudo. Do comércio marítimo deve ele tirar anualmente um lucro incrível.» E Münzer continua a desfiar cenas de poder marítimo e exotismo africano a que foi assistindo. Acima de Lisboa contemplou um magnífico e enorme navio do Rei, dizendo que nunca voltou a ver outro como ele. Mostraram-lhe navios roídos pelos vermes das águas equatoriais. Viu multidões de escravos negros e acobreados, e diz que em Lisboa havia muitíssimos homens e marinheiros empregados na navegação para a Etiópia. Fala novamente de mais produtos trazidos da Guiné: almíscar, gatos de algália, mirra, papagaios, lobos marinhos, macacos, tecidos de fibras de palmeira, cestos, algodão e muitas outras coisas.

Informa que D. João II tinha na corte muitos filhos dos senhores da Etiópia, que eram educados nos costumes e na religião europeia. Enviava frequentes presentes para obter a amizade dos reis negros, o que permitia aos portugueses percorrerem com toda a segurança o interior de África e informarem-se de tudo. O monarca possuía negros de vários matizes e línguas diferentes utilizados como intérpretes em tais viagens. Havia em Lisboa, como em todo o reino, muitos negrinhos a quem o Rei obrigava a praticar a religião cristã e a aprender a ler e escrever o latim, tencionando converter à nossa religião as ilhas de que era senhor e muitos outros domínios dos reis negros. Obrigava as raparigas negras a tecer, fiar e fazer outros trabalhos que são próprios das mulheres. D. João II falou-lhe dos acontecimentos na ilha de S. Tomé, da colonização em progresso, do exotismo da sua vegetação, das plantações de cana do açúcar que lá mandara fazer e das experiências em curso com o trigo e vinho; enviara para aí, havia pouco, sacerdotes pretos, que de pequenos tinha

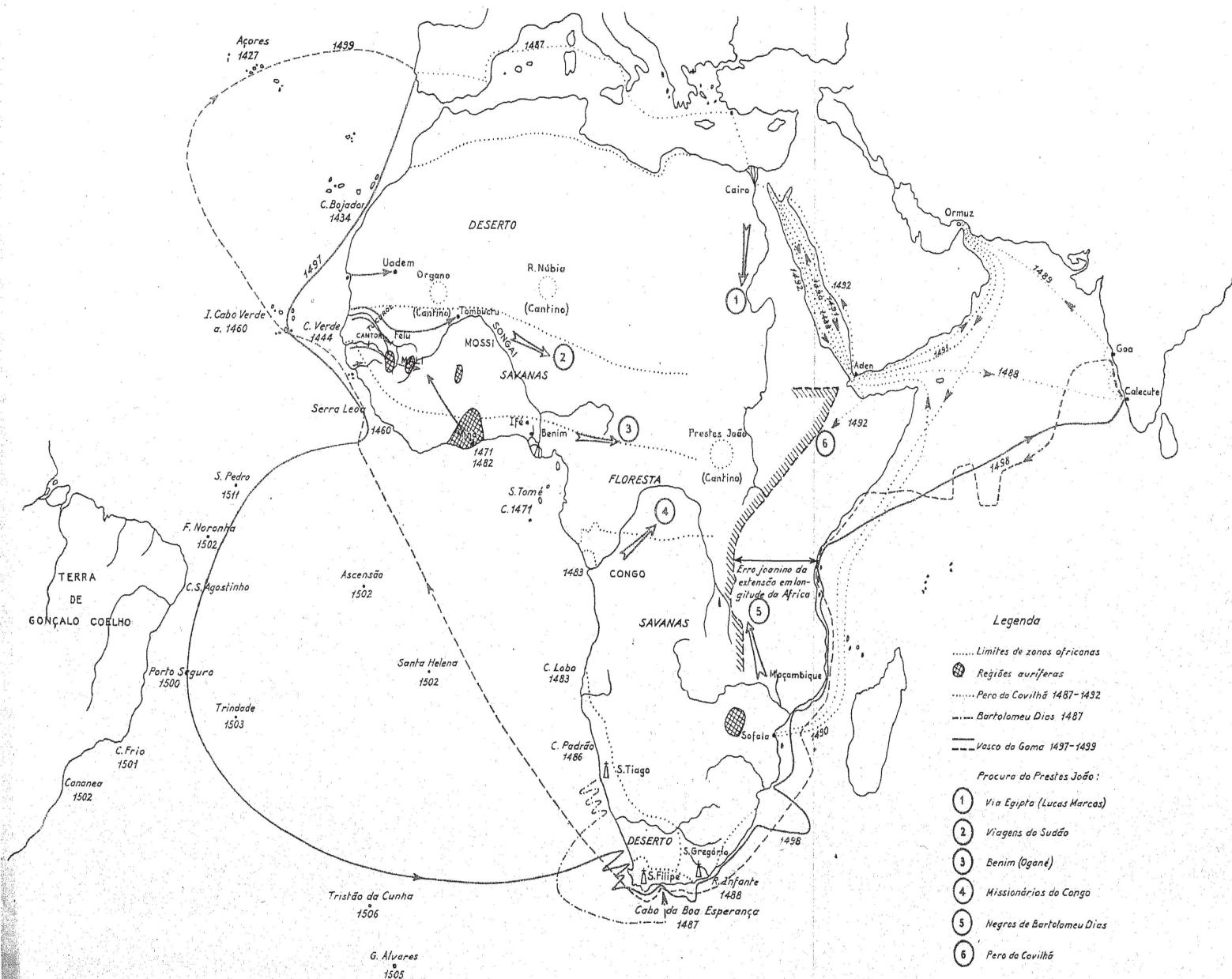


Figura 1 — A acção africana de D. João II e a procura do Promontório Praso e do Prestes João

mandado educar em Lisboa, afim de serem os missionários da ilha. O monarca recebeu Münzer quatro vezes, e, no dizer deste, falou-lhe durante pelo menos oito horas «de cosmografia, que conhecia a fundo, bem como de medicina e doutras coisas».

Receio ter sido um pouco longo nesta enumeração de detalhes do ambiente africano que se respirava em Portugal no tempo de D. João II. Trata-se, porém, do precioso relato de uma testemunha visual, e eu desejo deixar bem vincadas estas realidades de objectos, plantas, animais e homens africanos que rodeavam o grande monarca. Porque as deduções que passarei a fazer para chegar ao quadro das ideias geográficas do Príncipe Perfeito poderão parecer a alguns um tanto abstractas e desligadas do real, torna-se de certo modo necessário ter sempre em mente o testemunho do Dr. Jerónimo Münzer.

D. João II ainda não foi descoberto pelos modernos discípulos de Gilberto Freyre, os arautos do luso-tropicalismo; neste, como em tantos outros aspectos, a sua figura é ignorada. Os portugueses parecem comprazer-se em alimentar mitos, pondo de lado realidades sólidas e pujantes... O centenário do seu nascimento ocorreu há poucos anos, sem que merecesse grandes atenções; em 1995, no centenário da sua morte, os portugueses terão finalmente atingido a noção da personalidade e obra, verdadeiramente únicas, do grande monarca? Entretanto, esperemos que as anunciadas comemorações de 1960 não venham criar novos mitos heriquinos, encabeçando no Infante ideias e propósitos que ele não teve.

O ano de 1474 tem especial significado na história dos descobrimentos portugueses. É nele que D. Afonso V confia ao Príncipe D. João, que então tinha apenas 19 anos de idade, a direcção das navegações para a Guiné. Pela carta de 31 de Agosto de 1474 o comércio africano era declarado monopólio da Coroa, pertencendo os seus rendimentos ao Príncipe, e as expedições privadas à Guiné eram interditas. Pela carta de 10 de Setembro do mesmo ano procurava-se controlar, por meio de imposições e sanções, o movimento das viagens marítimas privadas. Pela lei de 4 de Novembro desse ano ainda protegia-se a construção naval mediante privilégios concedidos aos armadores de navios de mais de cem toneladas. De 14 de Junho de 1474 é também a carta de Toscanelli ao cônego português Fernão Roriz, coincidência que não se afigura fortuita. Finalmente, em 1475 terminava o contracto de arrendamento da navegação e comércio da Guiné firmado em 1469 com o rico mercador Fernão Gomes (que fora renovado por mais um ano em 1473); a Coroa, por intermédio do Príncipe D. João, ia chamar a si a prossecução dos descobrimentos para sul.

Durante o contracto de Fernão Gomes descobria-se a costa africana desde o Bosque de Santa Maria (na actual Libéria) até ao equador, bem como as ilhas do Golfo da Guiné. O grande acontecimento fora porém a descoberta de ouro em abundância na Costa da Mina, o ouro do território dos Ashantis. A guerra luso-espanhola, por motivo da sucessão de Henrique IV de Castela,

arrastando-se de 1475 a 1480 (ano da ratificação, em Toledo, da paz de Alcáçovas), acarretou uma paragem nos descobrimentos, pois as atenções portuguesas concentraram-se em boa parte na protecção ao comércio e navegação da Guiné, cujo senhorio os Reis Católicos se arrogavam. Os sucessos portugueses no mar levaram estes, pelo tratado de Alcáçovas-Toledo, a desistir das suas pretensões aos arquipélagos atlânticos (à excepção das Canárias), e D. João pôde então recomençar os descobrimentos. Uma ordem real de 6 de Abril de 1480 determinava que os capitães lusitanos deviam aprezer os navios estrangeiros nos mares que o Tratado de Alcáçovas-Toledo considerava portugueses e que as suas tripulações deviam ser lançadas ao mar. O aparecimento do poder naval espanhol na Guiné—chegaram a saquear a ilha de Santiago e a adquirir abundante oiro na Mina—foi uma surpresa, e, apesar da vitória, impunha-se ser cauteloso para o futuro e salvaguardar as posições obtidas. Em 1481 morria D. Afonso V, e D. João ascendia definitivamente ao trono. Logo partia para a Mina a armada de Diogo da Azambuja, e aí erguia em 1482 o Castelo de S. Jorge, a primeira fortaleza europeia construída na África Negra. Pouco depois S. Jorge da Mina era elevada à categoria de cidade, iniciando-se a sua história gloriosa de guardião do oiro africano dos monarcas portugueses.

O oiro fez com que aqui os contactos luso-africanos tomassem uma feição bastante diferente do que se verificou noutros pontos do continente negro. A preocupação de evitar o comércio ilícito do precioso metal levou os monarcas a tomarem minuciosas medidas que muito contrariaram o livre intercuro entre europeus e africanos, nomeadamente no que se refere a cruzamentos rárlicos. O regimento da Mina de 1529, recentemente publicado por Jorge Faro ⁽¹⁾, trás a este respeito pormenores de muito realismo que contrastam singularmente com os detalhes, igualmente escabrosos, de vários documentos què referem a política de total miscigenação empreendida em S. Tomé por D. João III. A feitoria do ouro e a colonia de plantação levaram os dirigentes portugueses a políticas de contacto euro-africano completamente distintas, sobretudo no domínio do convívio entre os dois sexos.

No mesmo ano, 1482, partia a primeira expedição, chefiada por Diogo Cão, encarregada de prosseguir o descobrimento da costa para o sul. Encontra o poderoso Rio Congo, que se verifica ser o eixo de notável estado africano, explorando-se ainda a costa até ao Cabo do Lobo, nas imediações do actual Lobito. Diogo Cão regressava ao reino em 1484, e logo no ano seguinte partia comandando nova expedição.

É nessa altura, em 1485, que o Dr. Vasco Fernandes de Lucena pronuncia na corte pontificia a Oração de Obediência de D. João II ao Papa Inocência

(1) *Estêvão da Gama, capitão de S. Jorge da Mina, e a sua organização administrativa*, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 47, Julho 1967, pp. 385-443.

VIII. Depois de referir os serviços prestados por Portugal na expansão da fé cristã, acrescentou:

«A tudo isto acresce a esperança bem fundada de explorar o Golfo Árábico, onde reinos e povos que habitam a Ásia, mal conhecidos de nós por notícias muito incertas, praticam escrupulosamente a fé santíssima do Salvador, dos quais, a dar crédito a experimentados geógrafos, já a navegação portuguesa se não encontra senão a alguns dias de viagem. Efectivamente, descoberta já uma parte enormíssima da costa africana, chegaram os nossos no ano passado até perto do Promontório Prasso onde começa o Golfo Árábico; foram explorados os rios, praias e todos os portos que desde Lisboa, numa extensão de mais de 45 centenas de milhares de passos, estão enumerados com exactíssima observação do mar, das terras e dos astros.»

Durante algum tempo julgou-se que tal afirmação se reportava a uma descoberta do Cabo de Boa Esperança feita antes da viagem de 1487-1488 de Bartolomeu Dias. Coube ao Comandante Fontoura da Costa ⁽³⁾ explicar cabalmente o problema, mostrando que na sua viagem de 1482-1484 Diogo Cão, ao amarar-se do Cabo do Lobo, extremo sul que atingira, para regressar a Portugal, julgou prolongar-se indefinidamente para leste a costa, estando portanto aberto o caminho para a Índia. Na realidade, a distância indicada de quarenta e cinco centenas de milhares de passos condiz com a que separa Lisboa do Cabo do Lobo, e este está por sua vez numa latitude (cerca de 15° sul) aproximadamente análoga à do Promontório Prasso de Ptolomeu; e a confirmar a dedução verifica-se que numa das conhecidas cartas do veneziano Cristofaro Soligo, certamente copiada de uma carta portuguesa feita logo após a viagem de Diogo Cão, o Cabo do Lobo marca o começo de uma franca inflexão para leste, posteriormente corrigida noutras cartas quando se constatou que o extremo da África não era ainda aí.

Creio que é possível ir mais além do que Fontoura da Costa nas suas brilhantes deduções, e a partir do passo referido da oração de Lucena compreender as grandes linhas da visão geográfica de D. João II e dos seus cosmógrafos. É isso que vou tentar fazer seguidamente, em esboço muito rápido, para finalmente mostrar como a viagem de Bartolomeu Dias se torna perfeitamente inteligível quando vista a tal luz.

Ao analisar a oração de Lucena ocorrerá pensar se a sua referência ao Promontório Prasso não passará de mera figura retórica e alarde de erudição. A Geografia de Ptolomeu fora praticamente ignorada do ocidente europeu durante toda a Idade Média, e só pouco antes Jacobo Ângelo fizera a sua tradução para latim, iniciando-se em vários países no tempo de D. João II a longa série

(3) *As portas da Índia em 1484*, Lisboa, 1936.

das edições da famosa obra, que tão largas repercussões ia ter na mentalidade dos sábios europeus por muitas dezenas de anos ainda.

O grande geógrafo da Antiguidade coligira pacientemente em Alexandria, no século II da nossa era, todas as informações que pôde obter dos viajantes, comerciantes e marinheiros da época, com elas compilando uma carta do mundo conhecido no seu tempo, que na figura 2 se apresenta em projecção cilíndrica quadrada, diferente da que ele adoptou, afim de mais facilmente poderem ser seguidos os raciocínios que vão ser expostos.

Na carta de Ptolomeu o Prasso Promontório constitui o extremo meridional conhecido na África oriental. A partir dele a costa inflete para leste, indo unir-se à região extremo-oriental de Catigara, apresentando-se o Índico como um mar fechado, sendo toda a sua costa meridional dada como incógnita. É bem sabido que outros geógrafos não aceitavam esta teoria do mar fechado, e evidentemente os portugueses e D. João II fundavam as suas esperanças em que Ptolomeu estaria enganado nesse ponto, ideia aliás corrente no século XV, não apenas no mapa-mundi de Fra Mauro, mas noutras obras cartográficas, como o misterioso planisfério de 1457 atribuído a Toscanelli.

No que se refere porém às costas verdadeiramente conhecidas no tempo de Ptolomeu — e que incluíam a África Oriental até ao Prasso Promontório — havia acatamento geral das suas ideias, à excepção da região de Catigara, a China, que Ptolomeu prolongara para sul da Aurea Quersoneso (a Península da Malásia) em vez de o fazer para Norte.

A oração de Lucena levaria a supôr que D. João II se guiava pelas ideias de Ptolomeu no que respeita à África Oriental a norte do Prasso Promontório. E torna-se fácil verificar que a sua afirmação não constitui mera figura de oratória, antes traduz com todo o rigor as ideias dos portugueses de então.

A primeira confirmação de que a Geografia de Ptolomeu desempenhava importante papel nas concepções geopolíticas de D. João II, encontrámo-la num passo das Décadas da Ásia de João de Barros. Trata-se do trecho em que o cronista refere a descoberta do Reino de Benim e a vinda do primeiro embaixador deste a Portugal, trazido por João Afonso de Aveiro, entre 1484 e 1486, após portanto o regresso de Diogo Cão da sua primeira viagem. Do embaixador e de João Afonso colheu o monarca a informação de que, ao oriente de Benim, a umas vinte luas de caminho (que João de Barros diz corresponderem ao máximo de duzentas e cinquenta léguas) vivia um poderoso rei, chamado Ogané, «que entre os príncipes pagãos das comarcas de Benim era havido em tanta veneração, como acerca de nós os Sumos Pontífices», nas palavras do cronista. Era o Ogané quem confirmava os reis de Benim, enviando-lhes, entre outros objectos, uma cruz de latão para trazerem ao pescoço, e dando também cruzes menores a outras personagens importantes; dizia ainda o embaixador que o Ogané,

quando vinha a público, estava escondido dentro de cortinas de seda. E João de Barros, prosseguindo, diz:

«Donde, tomando El-Rei com os cosmógrafos deste reino a tábua geral de Ptolomeu da descrição de toda a África, e os padrões da costa dela, segundo por seus descobridores estavam arrumados, e assim a distância de duzentas e cincoenta léguas para leste, onde estes de Benim diziam ser o estado do príncipe Ogané, achavam que ele devia ser o Preste João, por ambos andarem metidos em cortinas de seda, e trazerem o sinal da cruz em grande veneração. E também lhe parecia que, prosseguindo os seus navios a costa que iam descobrindo, não podiam deixar de dar na terra onde estava o Prasso Promontório, fim daquela terra.»

Esta informação de Barros é digna de uma certa atenção e procuraremos examinar o crédito que merece em todos os seus pormenores e a importância de que se reveste.

Vários estudiosos tentaram identificar o Ogané, que não pode, evidentemente, ser o Prestes João. De uma maneira geral procuraram-no muito longe (Rei de Uganda, Rei Organá das cartas medievais, etc.). Trata-se porém indiscutivelmente, como defende o douto arqueólogo R. Mauny, do Oni de Ifé, rei-sacerdote do importante povo ioruba, de que Ogun é uma das principais divindades. A distância de duzentas e cincoenta léguas indicada por Barros é com certeza exagerada; Duarte Pacheco, no *Esmeraldo*, também refere, rapidamente, o *hooguaneé* (informando ser «entre os negros assim como o papa entre nós», dizendo estar junto do Rei Licosaguou, cujos domínios eram apenas cem léguas a oriente de Benim. Se atendermos à tendência, comum então, de sobreestimar as distâncias para o interior de África, é fácil prever que o Ogané estaria a menos de cem léguas de Benim. Na realidade Ifé está a umas vinte e cinco léguas a noroeste de Benim, mas é difícil imaginar que pudesse tratar-se de outra personagem que não o Oni, cuja figura continua a desempenhar tão largo papel na vida política e religiosa dos iorubas modernos.

Foi, portanto, D. João II iludido com a errada distância que lhe deram, mas, o que nos interessa aqui sobretudo, fica de pé a ideia de que ele julgava possível que o Prestes João estivesse apenas a duzentas e cinquenta léguas de Benim.

Uma questão se põe agora: qual o crédito que merece a informação de Barros de que D. João II e os seus cosmógrafos utilizavam a Geografia de Ptolomeu, e, mais particularmente, visavam chegar ao Promontório Prasso, considerado extremo oriental das terras do Prestes João? Poderia ocorrer que Barros, escrevendo mais de meio século após os acontecimentos, estava apenas fazendo uma dedução. Sucede porém que o cronista, tão probo, dispôs de importantes fontes relativas aos sucessos no tempo de D. João II e às concepções geográficas do monarca e seus cosmógrafos, como teremos ocasião de ver a propósito de vários episódios. Se, em face de tal constatação, aquela informação

se apresenta bastante verosímil, a dúvida torna-se, em meu entender, inteiramente insubsistente quando nos lembramos da passagem da oração de Lucena atrás referida. Barros e Lucena confirmam-se mutuamente.

Mas há mais. Existe um documento que demonstra inequivocamente a tese que acabo de esboçar. É um planisfério anónimo português desenhado em 1502, conhecido por planisfério Cantino, o qual tem sido frequentemente reproduzido (damos a reprodução da África Oriental na fig. 3).

Para tornar mais facilmente inteligível a análise do planisfério no aspecto que aqui nos interessa, ocorre referir primeiro algumas ideias essenciais, que constituem até certo ponto uma nova teoria sobre a origem e evolução da navegação astronómica no Atlântico. A demonstração a fazer seria demasiado elementar para marinheiros mas talvez excessiva para as outras pessoas. Por isso, e para não alongar a exposição, limito-me a resumir as conclusões que interessam ao problema aqui em análise.

Antes de se iniciarem os descobrimentos portugueses havia apenas na Europa (exceptuando o caso dos Vikings) navegação costeira com o auxílio da bússola e distâncias puramente estimadas a olho. Tal género de navegação resultara num tipo de carta náutica, aparecida no século XIII, quando a bússola se difunde na Europa. Em tal carta não há qualquer sistema definido de projecção; trata-se de simples compilação de meros itinerários costeiros, em que se utiliza uma única escala de distâncias e rumos da agulha, que não interessava corrigir. Por isso, em tal carta, o Mediterrâneo aparece torcido de vários graus. É essa carta tradicional que se vê na parte da Europa e norte de África do planisfério Cantino, e se mostra esquemáticamente na figura 2.

Quando os portugueses iniciaram os descobrimentos navegavam por tal método e foram acrescentando para sul a costa de África na carta tradicional, o chamado portulano normal. Por causa das dificuldades de regresso ao longo da costa por motivo dos alisados começaram a fazer navegação oceânica e cedo sentiram a necessidade de recorrer aos astros para conhecerem a posição e soltarem rumos no mar largo. Surge assim, em condições ignoradas, a navegação astronómica no Atlântico, numa fase ainda muito rudimentar, em que se utilizavam as diferenças de alturas meridianas de astros medidas em dias sucessivos para conhecer o caminho percorrido no sentido norte-sul, ou ainda se recorria às alturas da Polar, ou mesmo latitudes autênticas de pontos costeiros utilizadas como meras conhecenças. Com tal tipo de navegação continuava a não se empregar cartas náuticas graduadas em latitudes.

É precisamente com D. João II que surge a verdadeira navegação astronómica por latitudes e usando cartas graduadas em latitudes. A tábuia única de declinações solares do chamado Regimento de Munique, o mais antigo almanaque náutico português e universal que se conhece, está construída para o ano de 1483 e o facto leva a supor que foi elaborada para a primeira viagem de Diogo Cão.

Mas navegar por latitudes implicava usar cartas náuticas levantadas por latitudes; existem testemunhos documentais precisos, embora inexplicavelmente até agora não tenham sido devidamente interpretados, demonstrando de forma infismável que por esse tempo D. João II ordenou um novo levantamento hidrográfico, pelos novos métodos, da costa africana, nele trabalhando, entre outros, Mestre José Vizinho e Duarte Pacheco Pereira. Trata-se de um facto de capital importância na história da cartografia, e que só por si, se tantos outros motivos não houvesse, bastaria para conferir ao Príncipe Perfeito um digno renome. O levantamento do que eu chamo carta joanina é o que se pode ver na costa ocidental de África do planisfério Cantino, e mais esquematicamente na figura 2, e é de uma fidelidade pasmosa, se atendermos à época e aos meios, o que bem revela a perícia dos que executaram o trabalho.

Unindo o clássico portulano normal feito pelos povos mediterrânicos e a carta joanina obtém-se a representação do mundo ocidental então conhecido. Para terem a visão de todo o Velho Mundo, D. João II e os seus cosmógrafos não teriam mais do que acrescentar a tal representação o Oriente de Ptolomeu em que o Índico fosse mar aberto. Várias hipóteses se podem considerar na maneira de efectuar tal junção, mas através de uma série de elementos e raciocínios que não vem para o caso pormenorizar torna-se possível arredar várias delas e ficar finalmente com uma, a que se mostra na figura 2⁽⁴⁾. Devo dizer que esta solução final coincide praticamente, abstraindo das zonas ainda não conhecidas da África Ocidental, com o que se vê no planisfério anónimo erradamente dito genovês, de 1457, e que se tem querido atribuir ao célebre geógrafo Toscanelli.

A solução obtida, fazendo pelo istmo de Suez a junção do portulano normal — carta joanina com o Oriente de Ptolomeu caracteriza-se pela obtenção de uma África sensivelmente diminuída no sentido da longitude, o que tem explicação fácil que não interessa expor.

Poderão todos estes raciocínios e conclusões, para mais sem apresentação de provas, parecer excessivos. Chegou por isso a altura de recorrer ao planisfério Cantino para ver que estão certos e, finalmente, mostrar no seu verdadeiro alcance a política africana de D. João II e integrar nela devidamente a viagem de Bartolomeu Dias.

Se dispuséssemos dos mapas do tempo de D. João II creio que eles seriam suficientes, sem tantas deduções, para compreender tudo. Infelizmente a mais antiga carta náutica portuguesa que até hoje chegou, feita no último quartel do século XV, abrange apenas a Europa e a costa africana até ao Rio do Lago, na actual Nigéria, nada nos dizendo sobre o problema em análise. Segue-se-lhe,

(4) A demonstração é minuciosamente feita no trabalho inédito que apontamos na nota final, e não teria cabimento no âmbito desta simples conferência.

em data, entre o que escapou até hoje, precisamente o planisfério Cantino, feito já depois da morte do Príncipe Perfeito.

Por providencial sorte conhece-se a história deste planisfério. Sabe-se que foi encomendado em Lisboa a um cartógrafo português, subornado por elevada quantia de dinheiro por Alberto Cantino, agente e espião do Duque Hércules de Este, e que foi concluído em Setembro ou Outubro de 1502. No século findo o palácio onde se encontrava, na cidade italiana de Modena, foi saqueado por altura de um motim, e passados tempos alguém casualmente viu o precioso planisfério pendurado num talho a forrar uma parede, e pôde adquiri-lo e doá-lo à Biblioteca onde se encontra agora. Isto foi há uns oitenta anos, e só então, por virtude do incidente, o planisfério se tornou conhecido. É não só a mais valiosa relíquia da cartografia portuguesa mas talvez mesmo o mais precioso espécime de cartografia antiga existente hoje em todo o mundo. Sobre ele se têm debruçado inúmeros estudiosos e por sua causa se estabeleceram vastas discussões na análise dos grandes descobrimentos marítimos. Sem ele a história dos descobrimentos portugueses seria bem mais pobre do que é, pois as lacunas da documentação fariam inevitavelmente que ela fosse invadida por falsas prioridades e influências alheias.

A autoria do planisfério é um mistério. O artista não o assinou, certamente porque o acto de o vender a um estrangeiro o fazia incorrer em gravíssimo risco, por divulgar autêntico segredo de Estado. Da época em que foi feito só se sabe o nome de um cartógrafo, Pedro Reinel, mas não foi este o seu autor, pois conhecem-se dele obras assinadas cujo estilo é francamente diferente. O planisfério é, na brilhante história da cartografia portuguesa, o que as tábuas de Nuno Gonçalves são na história da pintura portuguesa: a obra-prima, máxima, aparecendo de repente sem se lhe conhecerem os antecedentes. Com a diferença de que para o planisfério nem se pode sugerir sequer um nome de possível autor.

Quando o contemplo, pressinto que ainda há nele muito de D. João II e da sua época, embora o monarca tivesse falecido sete anos antes de o ignorado artista o ter delineado. A África é a figura central da carta, a mais perfeitamente traçada, a mais profusa e belamente iluminada, com a sua magnífica rosa dos ventos ao meio. Uma interessante miniatura representa o imponente Castelo de S. Jorge da Mina, que ainda hoje continua de pé, o mais admirado entre as várias dezenas de castelos que outros europeus depois construíram na costa do moderno estado de Ghana, apontado até pelos ingleses como um exemplo de pré-fabricação, talvez porque a pedra para o erguer seguiu de Portugal já aparelhada; precaução do minucioso D. João II, que previu que o castelo teria de se erguer rapidamente devido à hostilidade dos indígenas, como veio a acontecer. Lá está ainda uma graciosa miniatura figurando a Serra Leoa, onde D. João II também mandou construir uma fortaleza, para pouco depois a mandar arrazar por motivos ignorados, talvez a elevada mortalidade; outras representando papa-

gaio, cenas indígenas e povoações de palhotas, tão perfeitamente desenhadas que levam a supor que o autor esteve em África; e não faltam as cruces a assinalar os locais onde Diogo Cão e Bartolomeu Dias ergueram os seus padrões, de que a Sociedade de Geografia se orgulha de possuir alguns e constituem também mais outra ideia nova do Príncipe Perfeito. Em suma, creio que o autor do planisfério foi um homem de D. João II, e na sua obra deixou assinaladas claras marcas do africanismo do grande rei.

Feito apenas três anos após Vasco da Gama regressar da sua viagem à Índia e sete após o falecimento de D. João II, ocorre perguntar se não restará nele qualquer vestígio das concepções do monarca sobre a geografia africana. Não seria isso na realidade facto único, pois é frequente em cartas antigas encontrarem-se registados autênticos arcaísmos, dados ultrapassados pelo progredir dos descobrimentos, mas que os cartógrafos, por vezes inadvertidamente, ou por mera rotina, continuavam a assinalar em cartas mais actualizadas.

Parece que ninguém se lembrou até agora de pesquisar o planisfério, mais particularmente a África Oriental e Central, no intuito de descobrir quaisquer arcaísmos ou vestígios que proviessem das concepções geopolíticas joaninas. No entanto eles estão lá, e alguns até assinalados com letras bem grandes e em condições que, por invulgares, saltam à vista.

Quando o planisfério foi traçado, os portugueses haviam percorrido toda a África Oriental até à entrada do Mar Vermelho, onde chegara Diogo Dias, o irmão de Bartolomeu Dias, destroçado pelos temporais e perseguido pelos árabes, completando assim sem o querer o primeiro periplo da África Oceânica, de Portugal ao Bab-el-Mandeb, regressando ao Cabo Verde apenas com sete homens. Da Ásia, só conheciam directamente um pequeno troço da costa do Malabar. Foram apenas as expedições de Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e João da Nova que contribuíram para tudo isto, e é notável o traçado da costa oriental de África que puderam fazer e que bem testemunha a perícia dos pilotos.

O primeiro facto que salta à vista na Ásia do planisfério é que as ideias de Ptolomeu foram praticamente banidas. Apenas o Golfo Pérsico conserva a característica forma rectangular ptolomaica; tudo o mais é bastante diferente e, de uma maneira geral, mais correcto. É fácil verificar que este novo traçado provém de fontes árabes, pois ao longo das costas encontram-se em vários locais as indicações das suas situações em polegadas. Trata-se da tradução portuguesa da *isba* dos árabes, que era utilizada pelos pilotos nas suas viagens no Índico. Era uma navegação astronómica, mas não de latitudes; observavam determinadas estrelas na passagem meridiana e nos seus roteiros e registos tinham assinaladas as alturas estelares para os pontos notáveis e portos. Navegavam a encher tais alturas, e depois punham proa a leste ou oeste até atingir a costa na zona procurada. Não carteavam em verdadeiras cartas náuticas, mas socorriam-se de figurações cartográficas grosseiras. É de prever que o traçado da Ásia no planis-

fério de Cantino provenha de elementos obtidos por Vasco da Gama. Na realidade, por informação de João de Barros, deduz-se que o piloto árabe que ele meteu em Melinde para o levar ao Malabar era precisamente o mais afamado piloto de então no Índico, o célebre Ibn-Majid, de quem ainda hoje restam em várias bibliotecas europeias numerosas obras náuticas, parte escritas em verso. Em Melinde, Vasco da Gama e Ibn-Majid tiveram grandes conversas sobre ciência náutica, mostrando um ao outro os respectivos instrumentos de navegação e expondo os seus métodos.

De passagem registo que acaba de ser publicada pelos russos a tradução de manuscritos náuticos de Ibn-Majid existentes em Leninegrado e de cuja existência já se sabia há muito tempo. Ibn-Majid escreveu essas obras bastantes anos depois da viagem de Vasco da Gama e nelas se lamenta amargamente de ter levado os portugueses de Melinde ao Malabar.

Na realidade a ciência náutica árabe, herdada aliás dos persas, estava estagnada quando os portugueses chegaram ao Índico. Corresponhia quase exactamente ao tipo de navegação praticado pelos portugueses nos tempos henriquinos e fora ultrapassada pelos progressos operados durante o reinado de D. João II. A ciência náutica europeia continuaria a progredir e a árabe a estagnar; o facto, de certo modo, traduz, num aspecto capital, o maior dinamismo da civilização ocidental em relação à asiática, e bem podemos dizer que foi esse superior dinamismo que levou os europeus a descobrir a maneira de chegar aos mares orientais, antes de os asiáticos poderem chegar ao Atlântico.

Voltando ao planisfério de Cantino, assinalamos agora que aparecem isoladamente e com grande relevo três nomes ptolomaicos na África Oriental — *Prasso Promontorio*, *Mare Prasodum* e *Mare Barbaricus*. O Mar Barbárico (e não o Golfo Árábico, como Lucena por engano referiu na sua oração ao Papa) ⁽⁵⁾ vem em Ptolomeu banhando a região limitada ao sul pelo Prasso Promontório, e o *Mare Prasodum* é criação do autor do planisfério e banha a costa extrema descoberta por Bartolomeu Dias. Não se percebe se a designação de Prasso Promontório se aplica a uma região (que equivale à actual Província de Moçambique) ou designa os montes figurados no extremo sul da África e representando certamente a Montanha do Cabo, onde Bartolomeu Dias desembarcou. De qualquer maneira, verifica-se que os elementos de Ptolomeu sobre o Oriente foram abandonados, ficando apenas, mas com grande relevo, os que se referem ao Promontório Prasso. Tal facto ajusta-se perfeitamente à Oração de Lucena e ao relato de Barros sobre Benim e o Ogané, demonstrando que tal Promontório ocupava um lugar especial nas ideias geográficas de D. João II.

Para o monarca o Promontório Prasso e Prestes João estavam associados.

(5) Como nos apontou o Professor Francis M. Rogers, que acaba de referir o engano no seu trabalho *The obedience of a King of Portugal*, Minneapolis, 1958, p. 86.

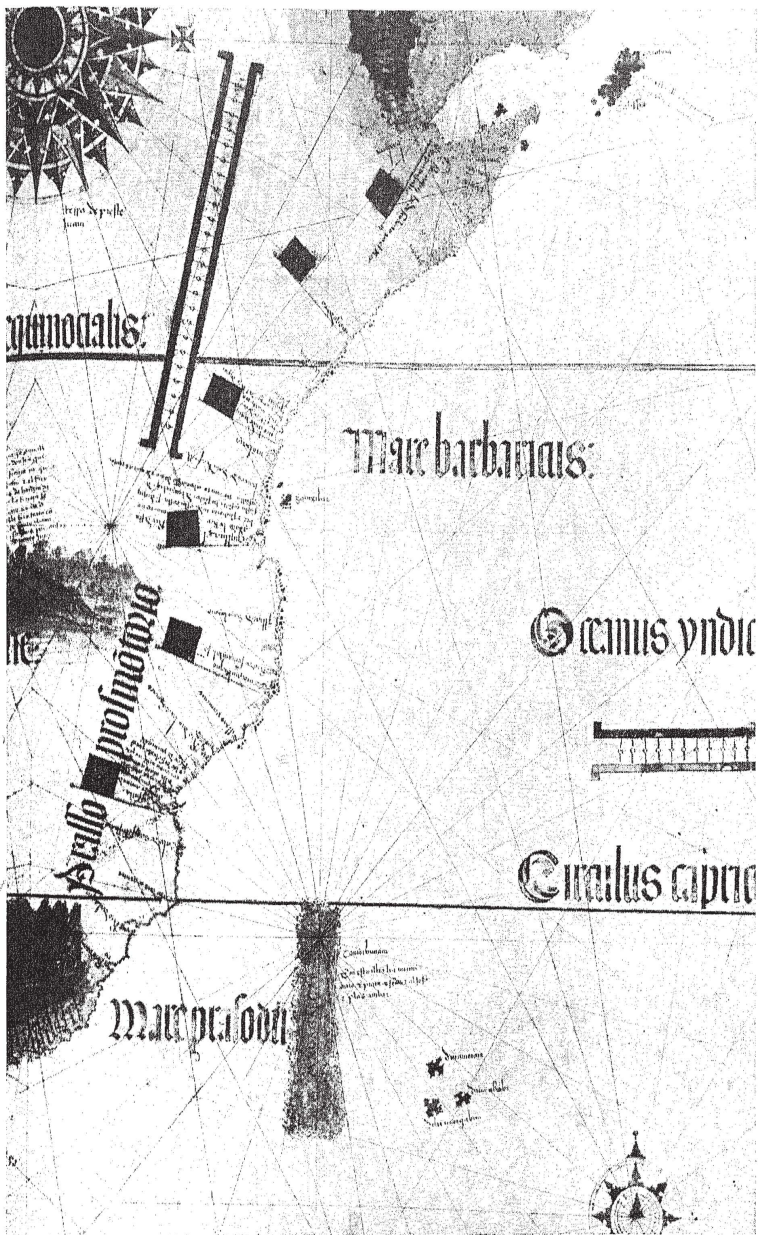


Figura 3 — A África oriental na carta luso-árabe (planisfério Cantino, 1502), vendo-se a posição da «Terra do preste Juam» e as relíquias ptolomaicas («Mare barbaricus», «Prasso promôtorio», «Mare prasodii»).

As terras dos Prestes João eram consideradas por ele — e há provas de tal que não interessa aqui expor — como bastante mais extensas do que a realidade, e por isso, no seu espirito e no dos seus cosmógrafos o Promontório Prasso estava num extremo das terras do Prestes João, ou pelo menos muito próximo delas. É ainda no planisfério Cantino que encontramos uma prova decisiva, tanto dessa ideia como de outra que lhe está ligada, a de que os domínios do Prestes João se encontravam muito mais perto das costas ocidentais de África do que estão na realidade.

Por baixo da grande rosa-dos-ventos central, lê-se, em letra pequena, a seguinte inscrição: «Terras do Prestes João». Esta legenda é um arcaísmo do planisfério, é uma legenda que vinha em cartas anteriores, quando a costa oriental ainda não era conhecida directamente dos portugueses. Na realidade, sabia-se perfeitamente, no século XV, que o Prestes João estava junto da costa oriental de África, separado do mar apenas por uma estreita faixa de território ocupado pelos muçulmanos; é o que se vê, por exemplo, no conhecido mapamundi de Fra Mauro, de 1459.

Notemos agora que no planisfério Cantino não há o istmo de Suez, tão grande é a extensão de território entre o delta do Nilo e o extremo setentrional do Mar Vermelho, que se sabia perfeitamente na época estarem muito próximos, como vinha em todas as cartas náuticas do Mediterrâneo, por exemplo. Se deslocarmos no planisfério Cantino a costa oriental de África de maneira a reconstituir-se devidamente o istmo de Suez, obtém-se o resultado que se vê na figura 1, verificando-se imediatamente que o Prestes João do mesmo planisfério fica correctamente colocado em relação à África Oriental. Quer dizer: D. João II e os seus cosmógrafos, ao juntar pelo istmo de Suez a carta do mundo ocidental e a carta de Ptolomeu, obtinham uma África estreitada no sentido da longitude, sendo a diminuição de cerca de 15°, ou sejam 1600 Kms. É isto que se traduz na figura 2, em que o Prestes João está colocado em relação à África Ocidental como vem no Planisfério Cantino, ficando automaticamente junto da costa oriental e não longe do Promontório Prasso de Ptolomeu.

Há ainda outro elemento, no planisfério Cantino, que comprova as conclusões a que acabo de chegar. Trata-se de uma pequena legenda, situada no Sudão (figura 2), e que diz: «Terra del Rey da nubia, o qual Rey sempre traz continuamente guerra com o Preste João, o qual Rei é mouro e é muito inimigo de cristãos». Como veremos adiante, esta legenda confirma inteiramente uma informação do cronista João de Barros, em que se revela que D. João II considerava o Rei da Núbia e o Prestes João como vizinhos, cada um dominando territórios de enorme extensão; no planisfério Cantino, na realidade, entre as legendas relativas aos dois reis não se encontram outras acerca de outros potentados africanos.

Creio ter deixado demonstrado que D. João II e os seus cosmógrafos recorriam

à Geografia de Ptolomeu no que se refere à costa oriental de África, e que em virtude de terem juntado pelo istmo de Suez a carta ptolomaica com o tradicional portulano normal do Mediterrâneo obtiveram uma carta do mundo conhecido em que a África oriental ficou muito mais próxima da ocidental do que sucede na realidade, trazendo implicitamente a noção de que os portugueses estavam já a pequena distância do Prestes João e do Prasso Promontório. É evidente que esta noção e outra que dela decorre naturalmente, acerca da extensão em longitude da Ásia, tornam perfeitamente inteligível a política de D. João II que levou à assinatura do Tratado de Tordesilhas, em que, à primeira vista inexplicavelmente, se deslocou de 270 léguas para oeste a linha de partilhas com a Espanha. Na realidade D. João II, procedendo assim, sabia que continuaria a ficar no hemisfério português o Extremo Oriente; o facto de, ao mesmo tempo, nos vir a caber em quinhão uma parte da América do Sul, representada no planisfério Cantino, levanta um curioso problema ⁽⁶⁾. Mas isso é uma outra história, verdadeiramente fascinante, que não vem agora para o caso.

A luz da conclusão a que se chegou, vamos ver agora como a política africana do Príncipe Perfeito, de descobrimento da costa e de penetração no interior, nos aparece como naturalmente inteligível. D. João II procurou o Promontório Prasso e o Prestes João por todos os caminhos possíveis — pelo mar, pelo deserto, pelas savanas do Sudão e pelas florestas equatoriais — e recorrendo a todos os meios, a todos os métodos e a todo o tipo de agentes — homens e mulheres, portugueses, africanos e orientais.

Começemos pelo deserto e pelo Sudão. É em relação à África sudanesa que as explorações ordenadas por D. João II assumem maior vastidão. Chegaram-nos, infelizmente, poucos pormenores sobre elas, e quase todos apenas através de Barros ⁽⁷⁾, que revela vastos conhecimentos sobre a geografia e populações do interior, prometendo informações mais detalhadas na sua perdida *Geografia*. O grande cronista dispôs de fontes importantes sobre tais sucessos, e a sua situação de feitor da Casa da Mina e Índia permitiu-lhe utilizar inteligentemente os consideráveis meios ao seu alcance. As importantes revelações de Barros, por extraordinárias que pareçam, não podem ser postas em dúvida. Não só o cronista é de uma probidade exemplar, como dois documentos inequívocos e independentes

(6) No entanto vários historiadores afirmam que D. João II agiu assim com a vaga esperança de obter em quinhão, para ocidente do Atlântico, uns míseros restos do Extremo-Oriente, onde também o monarca lusitano julgaria que havia chegado Colombo, pelo que concluem que estava reservado ao génio vespuciano descobrir que havia um novo mundo além Atlântico... Escusado será dizer que nem os europeus Magnaghi e Caraci (os historiadores que no presente século se ocuparam com mais argúcia da defesa das lendas vespucianas), nem os americanos Pohl, Levillier ou Marcondes de Sousa (que ao pé daqueles estão num plano muito inferior) se deram ao trabalho de tentar conhecer com objectividade e isenção quais seriam as ideias geográficas de D. João II, em especial em ligação com as suas empresas africanas e com os importantes progressos que no seu tempo se verificaram no campo da navegação astronómica e cartografia náutica.

(7) *Décadas da Ásia*, capítulos VI-VIII e XII da década I, livro III.

vêm comprovar alguns dos factos que aponta. Acresce ainda que Barros indica terem estado em seu poder as cartas do Imperador de Mali para D. João II, e que um emissário, Pero Fernandes, por ele, Barros, enviado a Mali em 1534, ouviu do imperador de então a referência a outros emissários que D. João II mandara até junto de seu avô.

As duas principais vias de penetração para o interior utilizadas pelos portugueses foram o Gambia e o Senegal. Os navios empregados no comércio do ouro subiam o Gambia até Cantor (extremo do actual território inglês) onde se encontravam os primeiros rápidos. D. João II, segundo Barros, «mandou lá oficiais para os quebrarem, o que se não fez por ser cousa mui custosa e de grande trabalho». Outra fonte⁽⁸⁾ indica que o monarca quis fazer o mesmo no Senegal em relação às pedras de Felu, às quais chegou Gonçalo d'Antas. Estes factos revelam bem o espírito voluntarioso de D. João II, pretendendo fazer saltar as rochas que impediam a navegação das caravelas mais para dentro. O Senegal e o Gambia, nas concepções da época, eram os braços inferiores do grande Nilo dos Negros, o Niger, que se julgava passar por Tombuctu e continuar muito para o interior.

Em 1488 um navio vindo de Arguim trouxe para Portugal o rei jalofo Bemoim, que havia perdido o seu trono no decurso de uma guerra civil e procurava agora obter o apoio de D. João II para o reaver. O monarca português, depois de conseguir a sua conversão ao cristianismo, enviou-o ao Senegal, em 1490, com uma armada de vinte navios, a fim de o ajudar e também com o objectivo de construir uma fortaleza na foz do rio. Esta começou a ser levantada, mas a empresa falhou porque o comandante da armada, Pero Vaz Bisagudo, matou Bemoim e regressou a Portugal, o que Barros atribui ao receio de ficar no local por virtude da elevada mortalidade imputada ao clima. Segundo Rui de Pina⁽⁹⁾, D. João II, na crença de que o Senegal era o mesmo rio que passava em Tombuctu, pretendia, com tal fortaleza, controlar o comércio do ouro que se fazia na misteriosa cidade. Como quer que seja, apesar de falhada a empresa da fortaleza, o aparecimento de tantos navios com muitos soldados e forte poder militar causou sensação entre os povos do Sudão ocidental, espalhando-se rapidamente a notícia e aumentando grandemente o prestígio de D. João II, cujos favores foram procurados por numerosos emissários dos principais reis do interior. «Donde procedeu haver tanta entrada naquela terra, que começou el-rei já mais seguramente per seus mensageiros mandar recados aos maiores príncipes dela, e entrevir em os negócios e guerras que uns com os outros traziam, como amigo e estimado» (Barros).

(8) O manuscrito de Valentim Fernandes, fol. 69.

(9) *Chronica d'El Rey D. João II*, ed. 1782, p. 94. Também Garcia de Resende, *Chronica d'El-Rei D. João II*, ed. 1902, vol. II, pp. 17-8, dá a mesma informação.

Já antes, porém, do caso de Bemoim os portugueses andavam muito pelo interior, como o revela um documento publicado por Sousa Viterbo⁽¹⁰⁾ e datado de 1488, pelo qual Gil Vaz e Vicente Anes são recompensados por D. João II por terem ido ao Mandimansa, ou seja o Imperador de Mali, rei dos mandingas. Deve ter sido a seguir a 1490 que se fizeram mais viagens, como se depreende do que escreve Barros, que cita os seguintes factos:

1—Pero de Évora e Gonçalo Eanes foram ao Tucuroi (Tekrur) e a Tombuctu.

2—D. João II mandou várias vezes emissários ao Mandimansa pela via de Cantor. Nestas viagens andavam oito portugueses, de que são citados Rodrigo Rabelo, João Colaço e Pero Reinell, morrendo todos de doença à excepção do último (será ele o célebre cartógrafo?).

3—Além dos indivíduos citados, foram várias vezes a Tombuctu e ao Tucuroi Mem Roiz e Pero de Astúniga. D. João II correspondia-se com o Rei de Tombuctu e com o Rei dos Fulas, Temalá, nessa altura envolvido em grandes guerras com os povos vizinhos⁽¹¹⁾.

4—D. João II enviou um emissário a Mahamede ben Manzungal, neto de Muça, Imperador de Mali (Rei do Songo) por via de S. Jorge da Mina.

5—Rodrigo Reinell, Diogo Borges e Gonçalo d'Antas estiveram algum tempo com uma feitoria em Uadem, 70 léguas para o interior de Arguim.

Estas viagens dos portugueses pelo interior do Sudão e Saará a partir do litoral guineense (que só voltaram a ser repetidas por outros europeus a partir de fins do século XVIII, à excepção do Tekrur, onde os franceses chegaram no fim do século XVII) são na realidade notáveis. Foram possíveis devido ao prestígio de que gozava D. João II entre os príncipes africanos e ao facto de se terem efectuado utilizando antigas rotas comerciais ao longo das quais os viajantes gozavam de certa segurança.

A intenção de D. João II com tais entradas pelo sertão «tanto era por saber as cousas dele e poder penetrar as terras de Prestes João e Oriente, como por o resgate do ouro». «Tão ocupado e solícito o trazia este negócio, principalmente depois que viu e gostou de muitas cousas de que os antigos escritores não tiveram noticia, falando desta parte de África, que não lhe repousava o espírito» (Barros).

Encontramos por detrás destas viagens, portanto, também a preocupação de colher novas informações que levassem ao Prestes João. Barros liga expressa-

(10) *Trabalhos Nauticos dos Portugueses nos Séculos XV e XVII*, Vol. I, p. 305, Lisboa, 1898.

(11) Num trabalho nosso (*Nota sobre a história dos Fulas—Coli Tenguêlâ e a chegada dos primeiros Fulas ao Futa-Jalom*, in «Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, 2.ª conferência, Bissau 1947», Vol. V, Lisboa 1952, pp. 53-70) pudemos identificar o Temalá de Barros com o célebre Coli Tenguêlâ, cuja fama continua a ser perpetuada nas *táricas* de numerosas populações incluídas no Senegal, Gambia, Guiné Portuguesa, República da Guiné e Sudão modernos. A referência de Barros é preciosa, pois em tais *táricas* a cronologia é normalmente precária. A identificação que fizemos apoia-se também noutros antigos textos portugueses que aqui não citamos.

mente o episódio do Bemoim a tal intento, ao escrever 1) que o príncipe jafolo falara a D. João II do «Rei dos povos moses, cujo estado começava além de Tungubutu e estendia contra o Oriente, o qual não era mouro nem gentio, e que em muitas cousas se conformava em costumes com o povo cristão, donde el-Rei vinha a conjecturar que o dizia por o Preste João, que ele tanto desejava descobrir»; 2) que a expedição de 1490 para ajudar o Bemoim se destinava a construir a fortaleza do Senegal «como porta per que... podia entrar ao interior daquela grande terra, té chegar ao Preste, de quem ele tanto fundamento fazia para as cousas da Índia».

Os factos que brevemente acabo de referir revelam mais uma faceta da genialidade de D. João II. O grande monarca viu que a principal via de penetração para o interior na África Ocidental era o Senegal. É precisamente entre a foz do Senegal e do Gambia que o Sudão das grandes savanas e impérios chega até ao litoral, entre o deserto ao norte e a floresta ao sul. Tentando construir uma fortaleza na foz do Senegal D. João II adiantava-se assim aos franceses, para quem a penetração e depois ocupação do vale do Senegal, a partir dos fins do século XVI, foi a chave que permitiu dominar a maior parte do Sudão por meio de uma brilhante gesta militar levada a cabo no século XIX. Em consequência, constituiu-se a enorme Federação da África Ocidental Francesa, e o Saará, compreendido entre ela e a Algéria, tornou-se inevitavelmente francês.

Ainda sobre a via do deserto e do Sudão um outro episódio convém apontar. Em 1488, «por el-Rei ter em tódalas partes de Levante inteligencias para este negócio», enviaram-lhe de Roma um sacerdote, Lucas Marcos, de quem obteve muitas informações. D. João II fez então escrever por Marcos, em várias vias, uma carta em que este dava conta ao Prestes João do seu encontro com o rei português e do desejo deste em com ele estabelecer contacto, sendo-lhe explicadas as navegações dos portugueses, «e os reis e povos que tinha descoberto, e os sinais das cousas que naquelas partes havia, e costumes que as gentes entre si tinham, e muitos vocábulos que usavam nas cousas gerais em sua linguagem, assi como *Deus, céu, sol, lua, fogo, ar, água, terra. Porque per noticia dos tais vocábulos, viria em conhecimento se estava perto da gente que os usava; a qual toda habitava na fralda da terra que cerca o Mar Oceano, per o qual navegavam os navios de el-Rei.*»⁽¹²⁾ D. João II mandou ao Levante entregar cópias desta carta entre os religiosos abexins, na esperança de alguma delas chegar ao seu destino, e Marcos levou outra carta. Este pormenor é bastante elucidativo sobre a minúcia a que descia D. João II.

Também por um abexim Lucas (naturalmente o mesmo Lucas Marcos), que ia via Jerusalém, D. João II escreveu a «el-Rei dos Moses», que naquele tempo andava em guerra com o Mandi Mansa, o célebre imperador dos Mandingas ou

(12) Barros, *Décadas da Ásia*, década I, livro III, capítulo V.

Rei de Mali. E acrescenta Barros⁽¹³⁾: «E segundo a notícia que el-Rei D. João tinha deste Rei dos moses e de seus usos e costumes, havia presunção ser algum vassalo ou vizinho do Preste João ou agente dos nóbis, por êle e os seus terem modo de cristandade...» Trata-se, evidentemente, das importantes populações Mossi, vizinhas orientais dos Mandingas, cujos domínios estavam atacando então. Vê-se assim que D. João II considerava os Mandingas e os Abexins apenas separados pelos Mossis, o que se ajusta a tudo o que vimos apontando acerca da proximidade a que julgava o Prestes João da costa ocidental de África.

Na realidade faltam nas referências de Barros indicações sobre outros estados que se seguiam para oriente entre o Mossi e a Abissínia, mas alguns factos podem ser comprovados pelas modernas descobertas históricas. Em 1477 o chefe mossi Nasadoba atacou a província mandinga de Bagana, e em 1480 saqueou Ualata, sendo depois vencido pelo célebre Sonni Ali ou Ali Ber (imperador dos Songai, 1465-1492). Este tomara Tombuctu aos Tuaregues em 1468 e conquistara Djéné em 1473. O seu segundo sucessor, o Askia Mohamed (1493-1529), continuou as guerras contra os Mandingas e os Mossis. Tais factos são conhecidos através das táricas de letrados de Tombuctu.

Creio que a legenda atrás transcrita do planisfério de Cantino sobre o Rei da Núbia se reporta ao império Songai, pois diz-se lá expressamente que ele era «mouro» (maometano), e nós sabemos que isso é verdade e que os Mossis com quem guerreou eram um povo pagão, o que de certo modo explica as referências de João de Barros.

Não só pelo deserto e pelo Sudão D. João II procurou o Prestes João. Também o fez pela floresta. A referência atrás feita ao episódio do embaixador de Benim, levando à identificação do Ogané com o Prestes João, é um facto significativo. No planisfério Cantino o Prestes João vem precisamente a oriente de Benim e a uma distância de 350 léguas, excedendo portanto de alguma coisa as vinte luas que indicara o embaixador de Benim. É natural que os portugueses também por aí tenham tentado penetrar no interior. Sabemos que pelo menos subiram o Rio Niger até à região, não identificada, de Opu, e devem assim ter-se aproximado do Rio Benué, a grande via de penetração para o Tchad. O clima e a patologia tropical devem ter sido os grandes obstáculos, pois os portugueses, devido à elevada mortalidade que atingiu o próprio João Afonso de Aveiro, tiveram mesmo de abandonar a feitoria de Guato, na foz do Niger.

No Congo, igual preocupação: procurar o Preste João. Note-se que no planisfério Cantino o Benim e o Congo são as regiões da costa mais próximas do Prestes João como lá está representado.

Na expedição ao Congo, em 1490, entre os que lá ficaram havia, no dizer do cronista, «pessoas de descripção ordenadas para irem por terra descobrir outras

(13) Idem, dec. I, Liv. III, Cap. XII.

desvairadas terras, com fundamento da Índia e Prestes João». Referindo-se aos missionários, Frei Luiz de Sousa escreve: «As memórias da nossa ordem dizem que el-Rei escolheu nela sujeitos que além das sagradas letras eram entendidos nas matemáticas para que nas horas que lhes vagassem da pregação fossem inquirindo alguma notícia da Índia pelo sertão daquelas Províncias e do grande Rei do Abexim que o vulgo chamava Prestes João e havendo-a procurassem chegar a ele.» Mais uma vez, portanto, a obsessão do Prestes João.

Voltemos porém, ao que se estava passando na costa, para chegarmos finalmente a Bartolomeu Dias.

Em 1485, Diogo Cão partia para a sua segunda viagem. Chegou ao Cabo do Lobo, e viu que afinal a África não acabava aí pelo sul. Continuou por longas semanas a navegar, sem lhe descobrir o extremo. Assentou mais alguns padrões e iniciou o torna-viagem na Serra Parça, cerca dos 22° de latitude sul. D. João II, que no ano em que partia Diogo Cão fizera anunciar ao Papa, por intermédio de Lucena, que os portugueses estavam às portas da Índia, a poucos dias de viagem do Promontório Prasso, não deve ter ficado satisfeito com as novas notícias que lhe trazia Diogo Cão. O nome deste desaparece daí para diante, talvez porque D. João não gostava de ser induzido em erro.

O monarca prepara pacientemente novo assalto, agora feito simultaneamente por dois lados — por mar, com Bartolomeu Dias, por terra e mar com Afonso de Paiva e Pero da Covilhã.

São bem conhecidos os sucessos desta viagem, em que Covilhã consegue chegar à Índia e a Sofala, Afonso de Paiva morre no Cairo antes de poder seguir para a Abissínia e finalmente, tomando sobre si essa tarefa, Covilhã leva-a a bom cabo, entrando em terras do Prestes João, sem porém conseguir sair de lá. Na figura 1 mostram-se esquematicamente os percursos, segundo as conclusões do mais categorizado biógrafo de Covilhã, o Conde de Ficalho. Embora Covilhã não pudesse regressar à pátria, conseguiu, por outros mensageiros, enviar a D. João II relatos das suas viagens.

Bartolomeu Dias partia no mesmo ano, 1487, com o objectivo de atingir, por mar, o Promontório Prasso. São bem escassos os elementos documentais que até hoje chegaram à cerca da sua viagem. Nalgumas crónicas nem sequer se fala em Bartolomeu Dias, e os anos em que se realizou a viagem são trocados. Pacientemente, desde o século passado, vários investigadores vêm carreando novos conhecimentos e novas conclusões sobre o feito: Codine, Luciano Cordeiro, Henrique Lopes de Mendonça, Ravenstein, Fontoura da Costa, Sidney Welch, Eric Axelson, etc. Sabe-se hoje, pelo menos, que Bartolomeu Dias partiu de Lisboa para esta viagem na primeira quinzena de Agosto de 1487.

A expedição era composta de três caravelas. Bartolomeu Dias comandava o navio-chefe e levava como piloto Pero de Alenquer; outro navio, o São Pantaleão, era comandado por João Infante e tinha por piloto Álvaro Martins, o terceiro

navio tinha por comandante Diogo Dias (irmão de Bartolomeu Dias) e por piloto João de Santarém. A inclusão deste navio como apoio, servindo de reserva de mantimentos, constituía uma novidade. Já se navegava muito longe de Portugal, e a questão do abastecimento ia-se tornando mais difícil, obrigando a recorrer a este sistema.

Um facto significativo que cumpre salientar: Bartolomeu Dias levava consigo 6 indigenas africanos, quatro deles mulheres, a fim de serem largados em vários pontos da costa que descobrisse. Vejamos como Barros⁽¹⁴⁾ explica qual o objectivo em vista: «A causa de el-Rei mandar lançar esta gente por toda aquela costa, vestidos e bem tratados com mostra de prata, ouro e espeçarias, era porque, indo ter a povoado, pudessem notificar de uns em outros a grandeza do seu reino e as cousas que nêle havia, e como per toda aquela costa andavam os seus navios, e que mandava descobrir a India, e principalmente um principe que se chamava Preste João, o qual lhe diziam que habitava naquela terra. Tudo afim que pudesse ir ter esta fama ao Prestê, e fôsse azo pera ele mandar de lá de dentro donde habitasse a esta costa do mar; porque pera todas estas cousas os negros e negras iam ensinados, e principalmente as negras, que, como não eram naturais da terra, ficavam com esperança de tornarem os navios por ali e as trazerem a este reino. Que entretanto elas entrassem pelo sertão, e aos moradores notificassem estas cousas, e aprendessem muito bem as que pudessem saber das que lhes eram encomendadas, e que podiam ficar seguras, porque, como eram mulheres com quem os homens não têm guerra, não lhes haviam de fazer mal algum.»

A face de tudo o que ficou exposto para trás, compreende-se perfeitamente o desespero de Bartolomeu Dias quando, compelido pelas tripulações, teve de iniciar o torna-viagem no Rio do Infante. Ele sabia que estava já muito próximo do Prasso Promontório de Ptolomeu, localizável num cabo da parte norte da moderna Província de Moçambique. Basta olhar a figura 2, onde vem inscrita a costa descoberta por Dias, tirada do planisfério Cantino, e a África oriental extraída de Ptolomeu, para compreender tudo. Com ventos favoráveis e sem correntes contrárias (o que não era aliás o caso), em poucos dias, uma ou duas semanas, ele podia vencer a distância que o separava do Prasso Promontório.

Outro facto capital a salientar na viagem de Bartolomeu Dias foi a descoberta da região dos ventos do oeste no hemisfério sul. É sabido que Bartolomeu Dias encontrou grandes dificuldades em prosseguir na costa para sul. Os cronistas dizem então que, levado por um temporal, teve de navegar no mar alto sem ver terra durante quatro semanas. Os cronistas, ao tratar das viagens de descobrimentos, têm sempre tendência para atribuir as rotas imprevistas aos temporais: é o caso, por exemplo, do desvio de Cabral para ocidente que levou à

(14) Idem, Cap. IV.

descoberta do Brasil. O glorioso Almirante Gago Coutinho, a quem a história dos descobrimentos tanto deve, explicou de maneira satisfatória a razão destas quatro semanas de Bartolomeu Dias longe da costa. Na realidade a grande dificuldade para prosseguir ao longo do continente encontrava-se nos ventos dominantes, os gerais do sueste. O almirante Gago Coutinho entende, por isso, que Bartolomeu Dias fez a certa altura um grande bordo para o mar, vindo a atingir a zona onde já eram dominantes os ventos do oeste, com os quais foi dobrar o Cabo sem o saber.

Em resultado deste achado, verificou-se que o regime dos ventos no hemisfério sul era simétrico do do hemisfério norte. Estava descoberta a chave para chegar à Índia com navios de pano redondo, que foram os navios que Vasco da Gama e Cabral levaram em maior número. O Atlântico Sul deixava de ter segredos para os portugueses. Em poucos anos, todas as pequenas ilhas perdidas na sua imensidão iriam ser descobertas pelas naus portuguesas a caminho ou no regresso da Índia.

Bartolomeu Dias abriu na realidade, sob todos os aspectos, o caminho para a Índia.

Garcia de Resende, que foi moço de escrevaninha de D. João II, conta-nos um facto bem característico da personalidade do monarca. Eis as suas palavras textuais:

«E assi tinha outro livro em segredo em que tinha escripto todoos homens actos, para d'elles se servir nas cousas para que eram, cada uns em seus titulos, uns para capitães de cousas grandes, e outros de outras somenos, outros para embaixadores, e assi para enviadeiros, e também para todoos carregos e cousas necessarias, de maneira que como havia necessidade de uma cousa, logo achava muitos homens nomeados para ella, e sem falar a alguem escolhia o que melhor lhe parecia, e assi era sempre muito bem servido, e muito prestes.»⁽¹⁵⁾

Creio que podemos ter a certeza de que houve um dia em que D. João II começou a aperceber-se do valor de marinheiro de Bartolomeu Dias, e escreveu o seu nome naquele «livro secreto dos homens aptos», como diz Resende. Quando foi preciso escolher o chefe para a expedição que devia finalmente abrir as portas do Índico, folheou o livro, e escolheu Bartolomeu Dias. Escolheu com acerto, pois o grande navegador cumpriu a missão de que fora encarregado.

NOTA FINAL

O estudo que mencionamos faz parte de um trabalho ainda inédito sobre a carta de Vesconte de Maiollo de 1504 e as lendas vespuicianas. Em 1954 anunciámos a sua publicação próxima, o que não ocorreu ainda por motivos alheios à nossa vontade; julgamos por isso oportuno dar alguns esclarecimentos acerca do caso.

(15) *Chronica d'El-Rei D. João II*, Lisboa, 1902, vol. II, cap. 74.

Em Março de 1954, quando realizávamos um inventário de cartografia antiga na Itália, por incumbência da Comissão Portuguesa do IV Centenário da Cidade de S. Paulo, tivemos ocasião de examinar em Fano uma importante carta de Vesconte de Maiollo, a qual inexplicavelmente permanecia ignorada dos estudiosos (embora Crinó em 1907 tivesse publicado sobre ela pequeno trabalho, datando-a erradamente de 1534, e Caraci a referisse depois fugazmente sem nada deixar transparecer quanto ao seu interesse). Facilmente pudemos verificar que a carta datava de 1504 e tinha o maior significado para o conhecimento das primeiras viagens ao Brasil, que nela vem denominado como «Terra de Gonçalo Coelho», sendo para nós motivo de grande espanto que um tal documento se tivesse conservado desconhecido dos que neste século se têm ocupado da questão vespuciana. Pensámos logo em publicar a reprodução da carta acompanhada do seu estudo (imediatamente a fizemos fotografar por um fotógrafo de Fano, e mais tarde encomendámos nova reprodução a um fotógrafo de Modena especializado em tal género de trabalho, dado o mau estado em que se encontrava o original), o que propusemos à referida Comissão, para o que logo pedimos a necessária autorização à direcção da Biblioteca Federiciana de Fano, o que nos foi concedido. Começámos então a recolher elementos sobre Vesconte de Maiollo e as suas obras conhecidas, deslocando-nos poucos dias depois a Génova na esperança de aí conseguir alguns resultados, dado que tal cartógrafo era genovês. Dirigimo-nos com esse intento ao «Cívico Istituto Colombiano», onde fomos amavelmente acolhidos pelo seu secretário, a quem expusemos sem a menor reserva os nossos intentos, declarando-lhe que a carta tinha o maior interesse, que a considerávamos de 1504 e que ela demonstrava que na expedição de 1501-2 ao Brasil se atingira a Cananeia e que tivera lugar a discutida expedição de 1503-4 (a realização desta última fora negada por Magnaghi). Logo na nossa presença aquele senhor telefonou ao Professor Revelli (defensor da realização da expedição de 1503-4) transmitindo integralmente o que lhe acabávamos de anunciar.

Não podemos saber se foi em resultado deste nosso procedimento que a carta de Fano, *depois de um esquecimento de quase meio século*, veio a figurar alguns meses depois na exposição comemorativa do centenário de Américo Vespúcio realizada em Florença.

Em Novembro de 1954 entregámos à Comissão Portuguesa do Centenário de S. Paulo um estudo de 145 páginas dactilografadas sobre a carta em questão. Nele desenvolvíamos devidamente as conclusões atrás apontadas e procedíamos a uma revisão das noções anteriores sobre a primitiva cartografia do Brasil. Ocupávamo-nos também de outra carta inédita e não estudada de Vesconte de Maiollo datada de 1516, a qual registava consideráveis progressos em relação à de Fano, o que comprovava que esta não devia ser de 1514 mas sim de 1504. Atribuíamos também nesse estudo a autoria do planisfério King-Hamý ao mesmo cartógrafo que executou o atlas anónimo Add. Mss. 31316 do Museu Britânico, o qual contém a toponímia do Brasil que falta no planisfério. Demonstrávamos igualmente que a descoberta da Ilha da Trindade em Outubro de 1503 (como vem numa legenda da carta de Fano) não podia ter sido efectuada por nenhuma armada da Índia, o que só deixava a alternativa de ter sido devida a uma expedição ao Brasil. Salientávamos também o interesse da denominação «Terra de Gonçalo Coelho» aplicada ao Brasil, pois o chauvinismo de alguns vespucianófilos tem pretendido dissociar Gonçalo Coelho da chefia das primeiras expedições ao Brasil; de passagem anotamos que Gonçalo Coelho foi um dos agentes de D. João II nas explorações do Sudão. Finalmente examinávamos com muita minúcia as teses de Magnaghi e de Levillier quanto ao limite sul atingido pela expedição de 1501-2, mostrando que eram destituídas de fundamento, não havendo qualquer prova segura de que se chegou então ao Rio da Prata; desenvolvíamos sobretudo a crítica à pretensa demonstração cartográfica do historiador argentino, dado que não cessa de a proclamar aos quatro ventos e ela não passa de um imenso equívoco.

Sabendo de antemão que o nosso trabalho iria ser sujeito a apertada crítica por parte de vários vespucianistas que vivem o problema com paixão, propusemos à referida Comissão do Centenário que não se iniciasse a sua publicação sem que tivéssemos redigido uma série de apêndices sobre as lendas vespucianas. Na realidade, estas lendas têm prosperado à sombra de uma série de equívocos e de um grande desconhecimento dos dados fundamentais da questão. Assim é que a fama de Américo Vespúcio tem por base principal a sua participação na expedição de 1501-2, e para a exaltar tem-se ignorado sistematicamente o progresso da navegação astronómica no último quartel do século XV, a evolução da técnica cartográfica, o descobrimento das rotas atlânticas e as ideias geográficas dos dirigentes portugueses. O nosso objectivo (dirigimo-nos sobretudo aos estudiosos de espírito isento que desejem formar por si um juízo, e não a certos polemistas) era, pois, o de colocar a controvérsia em bases mais firmes, afastando-a da dialéctica em que se comprazem alguns; a tese de Levillier, por exemplo, resulta de total ignorância das características da cartografia náutica da época.

Neste sentido começámos a redigir tais apêndices, mas estes acabaram por tomar um desenvolvimento bastante maior que o projectado, pelo que resolvemos integrar o estudo da carta de

Maiollo e limite sul da expedição de 1501-2 num plano mais vasto cujo esquema é aproximadamente o seguinte:

1.ª Parte — *Origens e difusão da navegação astronómica*

A — Origens

1 — Evolução do problema. 2 — Navegação árabe no Índico nos séculos XV e XVI. 3 — Primeira fase da navegação no Mediterrâneo após o aparecimento da bússola. 4 — 2.ª fase da navegação no Mediterrâneo; carta rumada sem graus de latitude. 5 — A tese de Taylor e a 1.ª fase da navegação astronómica no Atlântico (Atlântico Norte). 6 — 2.ª fase da navegação astronómica no Atlântico (Atlântico Sul). 7 — O problema dos rumos. 8 — A carta de marear de graus iguais e a sua natureza.

B — Difusão

1 — Pilotos, cartógrafos e cosmógrafos portugueses ao serviço doutros países e estrangeiros ao serviço de Portugal. 2 — Difusão dos regimentos náuticos portugueses.

2.ª Parte — *A carta de Vesconte de Maiollo de 1504*

1 — Descrição geral. 2 — A Ilha da Trindade. 3 — A Terra de Gongalo Coelho. 4 — Viagens ao Brasil de 1500 a 1504. 5 — As primeiras cartas e o «Esmeraldo». 6 — A viagem de 1501-2 vista por Magnaghi; refutação das ideias deste. 7 — A viagem de 1501-2 vista por Levillier; refutação das ideias deste. 8 — A viagem de 1501-2 vista por Duarte Leite. A carta Cantino. 9 — Cronologia e âmbito da viagem de 1501-2; conclusão final. 10 — O misterioso Gonçalves Coelho.

3.ª Parte — *As lendas vespucianas*

1 — Três lendas afins — Vespúcio cartógrafo máximo do seu tempo, criador da noção do Novo Mundo e precursor de Magalhães: a) a tese de Magnaghi; b) as origens portuguesas da noção do Novo Mundo; c) refutação da tese de Magnaghi. 2 — A volta da Serra Leoa e a lenda de Américo Vespúcio grande navegador. 3 — Os planisférios de Turim e de Nova Iorque e a lenda de João Vespúcio. 4 — Os ataques à originalidade da ciência náutica portuguesa como corolário das lendas vespucianas.

Em fins de 1954 a nossa vida profissional obrigou-nos a voltar à Guiné, em trabalhos de campo na missão geohidrográfica que não eram compatíveis com a redacção daquele estudo, e aí estivemos na maior parte do período até meados de 1957. Aproveitando a forçosa interrupção daqueles trabalhos na época das chuvas e duas rápidas vindas à metrópole, e com a ajuda de amigos que para a Guiné nos enviaram livros e fotocópias de documentos, pudemos ainda redigir (além da 2.ª parte já inicialmente feita) toda a 1.ª parte e cerca de metade da 3.ª parte. Entretanto, em 1955 o Dr. Armando Cortesão convidava-nos para colaborar consigo na realização de «Portugaliae Monumenta Cartographica», e desde que regressámos à metrópole tivemos de pôr inteiramente de parte o estudo sobre as lendas vespucianas a fim de nos consagrarmos exclusivamente ao novo empreendimento, que faz parte das comemorações henriquinas de 1960.

Como atrás dissemos, a carta de Fano figurou, depois de quase meio século de esquecimento, na exposição de Florença em 1954. Aí a viu Levillier, reproduzindo-a num artigo de «L'Universo» datado de Novembro-Dezembro de 1954. Conclui, como nós, que a carta é de 1504 e que ela constitui prova da chefia de Gonçalves Coelho, mas quase só a isso se limita a nossa concordância, não se tendo apercebido do interesse da legenda da Ilha da Trindade. Outros artigos mais têm continuado a sair sobre as questões vespucianas, mas nada encontrámos até agora que faça modificar o nosso estudo. Salientamos no entanto o interessante trabalho de Ferrand de Almeida (1955), que, independentemente de nós, concluiu pelo desacerto da tese de Levillier quanto ao limite sul da expedição de 1501-2. Em 1955 tivemos ainda a satisfação de saber que o Dr. Luís de Matos encontrara um importante texto impresso de meados do século XVI em que se indica expressamente que uma alta entidade portuguesa de então considerava destituídas de fundamento e exageradas as afirmações contidas em textos impressos da época (certamente as famosas cartas vespucianas) acerca do limite sul atingido pelos portugueses no Brasil.

Resolvemo-nos finalmente a vir a público com estes esclarecimentos, não para reivindicar qualquer prioridade quanto à redescoberta da carta de 1504, o que não nos interessa, mas unicamente para apresentar — sobretudo às entidades que nos apoiaram nas nossas pesquisas (em especial ao Sr. Professor Paulo Cunha, então Ministro dos Negócios Estrangeiros) e aos amigos

que nos ajudaram (com grande mágoa lamentamos o falecimento do Dr. Miguel Pille, que tantos incentivos nos deu para o empreendimento) — uma justificação pelo atraso na publicação do nosso estudo, atraso esse que se agravou pelos compromissos assumidos para com «Portugaliae Monumenta Cartographica». Uma vez concluída esta última obra, esperamos terminar rapidamente a redacção sobre as lendas vespucianas. Entretanto, continuamos a apreciar, sobretudo na «Revista de Histórias», de S. Paulo, as acaloradas discussões que, em múltiplos artigos, travam entre si os modernos defensores das glórias do florentino. Pelo que lemos até aqui, parece-nos que podemos ter o trabalho de lado uns anos mais, sem que tenhamos de alterar o que já está escrito quando nele pegarmos de novo...

SUMMARY

THE VOYAGE OF BARTOLOMEU DIAS AND THE GEOPOLITICAL IDEAS OF KING JOHN II

The voyage of Bartolomeu Dias is a part of the India Plan and to understand all its far reaching implications the geopolitical ideas of King John II must be studied.

According to this monarch Africa was of paramount importance and for this opinion he more than his father deserves to be called «The African».

His greatest interest was for Black Africa, and on several points he represents one of the most meaning exponents of luso-tropicalism. Although the remarkable personality of King John has been generally forgotten, Dr. Jeronimo Munzer's report of his voyage to Portugal bears witness to the fact mentioned above.

In 1474, while still a Prince, King John took over all overseas enterprises of Portugal, and the new discoveries. The founding of S. Jorge da Mina, the Congo discovery and the colonization of St. Thomas Island are all his work.

In 1485, Dr. Vasco Fernandes de Lucena reported in Rome that after the voyage of Diogo Cão (1482-4) the Portuguese were near the Cape Prasso.

After a careful study of the matter using several sources, the author states that it seems that this Cape had the first place in King John's mind and that the King and his cosmographers thought the extent in longitude of Africa was about 15 degrees less than it really is. This is an important fact for the understanding of the Treaty of Tordesilhas and explains why the King never thought Colombus had reached the Far East. The notion of the New World is Portuguese, and to give it to Americo Vespucci is only ignorance.

The effort of King John II in his search for Prester John and Cape Prasso are thus quite obvious. Such efforts took several directions: such as sending Ethiopian friars through Egypt, promoting exploring parties in the Sudan (the Portuguese reached Mali and Tombuctu, and took part in wars between African Kings), trying to get informations of lands east of Benin, ordering the first Congo missionaries to go further inland. Finally Pero da Covilhã reached India, Sofala and Ethiopia, by the traditional way; and Bartolomeu Dias rounding the southernmost point of Africa arrived near Cap Prasso using the new sea way.

This article is a summary of several parts of a work to be published shortly on the Vespuccian legends.